

CEBs – hoje apenas um sonho?

Pe. Konrad Körner

Algumas observações preliminares

Uma Igreja que é testemunhada por comunidades de pessoas livres e unidas pela mesma fé e que é resposta aos problemas sofridos pela população do lugar – esta é a igreja que nos anima e dá nova esperança! Esta igreja é possível, pois não só os cristãos do primeiro século a têm vivido, mas também várias Comunidades Eclesiais de Base – CEBs - nos diversos países da América Latina e do Caribe. As Comunidades Eclesiais do primeiro século provam a força transformadora da fé cristã, pois prepararam a vitória do cristianismo sobre o Império Romano, a potência mundial da época¹. As CEBs resgataram na América Latina e Caribe a força transformadora da fé, inspirando-se, de um modo muito frutífero, também na tradição do Êxodo. Todavia, ao que tudo indica elas têm perdido nos tempos atuais quase toda a sua força, correndo até o risco de desaparecerem, permanecendo apenas como saudade e ideal.

A realidade das CEBs está fundamentada na Bíblia, tanto no Antigo quanto no Novo Testamento, motivo pelo qual a sua proposta original continua muito atual. Sendo assim, a seguinte reflexão pretende ser uma tentativa de elucidar algumas resistências que sufocam e impedem, no tempo de hoje, as CEBs. Dentro desse enfoque tentarei apontar as CEBs na sua relação com a instituição da Igreja e a maneira como os encontros estaduais e nacionais delas falam. Tendo em vista que em alguns lugares se considera qualquer comunidade de CEB, há necessidade de traçar uma clara diferença entre as CEBs e as assim denominadas Comunidades Eclesiais. O suporte e o dinamismo das CEBs vêm da fé comunitária que, por sua vez, requer uma nova fundamentação teológica. Por fim se coloca a tarefa de indagar como as CEBs reagem diante da cultura da pós-modernidade.

1) As CEBs da instituição e dos encontros

Hoje as CEBs estão institucionalizadas como parte das atividades pastorais de um bom número de dioceses brasileiras². Há uma organização das CEBs a nível estadual

¹ O nr.178 do Documento de Aparecida diz que as CEBs “abraçam a experiência das primeiras comunidades, como estão descritas nos Atos dos Apóstolos (At 2,42-47). Medellín reconheceu nelas uma célula inicial de estruturação eclesial e foco de fé e evangelização”, Documento de Aparecida. Texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe, Brasília:Edições CNBB, São Paulo:Paulinas, São Paulo:Paulus, 2007, pág.91

² A respeito da institucionalização das Ceb's, J. Comblin colocou essa questão já há muitos anos em: José Comblin, Algumas questões a partir da prática das Comunidades Eclesiais de Base no Nordeste, REB 50, Fasc.198 – junho 1990,

24-6-2008

e nacional e os encontros nesses diversos níveis nos transmitem a impressão de CEBs muito vivas e dinâmicas. Ouvindo os relatos exultantes sobre os encontros e lendo os seus textos publicados, seria de se esperar que, também, nas bases se encontrassem essas CEBs que tanto se exalta nos encontros e em textos. No relato sobre o último Intereclesial pode-se ler que este mostra a “grandeza e preciosidade conquistada” das CEBs.³ No entanto, na nossa realidade concreta e atual não se observa quase nada daquilo que se ouve e lê. O episódio de Ananias e Safira, do qual nos fala At 5, nos ensina que nem as primeiras comunidades eram perfeitas, motivo pelo qual nós hoje também não temos o direito de idealizarmos as CEBs.

A minha condição de avaliar as CEBs na base é limitada, pois conheço na prática somente as da nossa Arquidiocese de São Paulo e aí um pouco mais as de uma Região Episcopal. Algumas Comunidades Eclesiais fazem questão de se denominarem a si próprias como CEBs, o que, no entanto, não significa que estejam diferentes de outras Comunidades Eclesiais. Várias paróquias têm os seus representantes na Equipe das CEBs da Região e da Arquidiocese, mesmo que nem todas tenham CEBs entre as suas comunidades. Alguns desses representantes vão regularmente para os diversos encontros, de onde vêm com discursos renovados, ou novos, sobre as CEBs. Diante da indiferença das demais comunidades da Paróquia, tal discurso logo desaparece, não deixando, na maioria das vezes, nenhum vestígio. Devemos reconhecer que desses encontros não vem nenhum impulso que pudesse dar um dinamismo novo as CEBs. Essa observação não questiona a realização em si dos encontros estaduais e nacionais. O que ela questiona é se tais encontros refletem a realidade das CEBs e qual é, hoje, o seu objetivo e sentido. Será que o discurso sobre as CEBs ainda tem algo a ver com uma base distante e indiferente, conquistada há algum tempo por espiritualidades e práticas exclusivamente religiosas? Esse meu questionamento crítico vai à mesma direção como as seguintes observações de defensores das CEBs.

A CEB é como “organização sócio-ecclesial ...a iniciativa mais importante” que parte de “Gaudium et spes”, do Vaticano II⁴. As CEBs enfrentaram a ditadura militar e impulsionaram a participação dos cristãos na sociedade civil, mas “não acumularam força; não construíram projeto sólido para poder converter a Igreja e transformar a

págs 335-381; R. Valle discute a opinião de J. Comblin em: Rogério Valle, CEB: fator de uma outra forma de modernização, em VVAA, CEBs: Cidadania e modernidade. Uma análise crítica, São Paulo: Paulinas, 1993, 41-70

³ Carlos César dos Santos/Gilvander Luiz Moreira, CEBs: Memória e utopia. Reflexões a partir do 11. Intereclesial, REB 65, Fasc.260 – outubro 2005, págs 874-899, pág.875

⁴ Jomar Ricardo da Silva, A Igreja e as CEBs: velhas realidades, novas abordagens, REB 65, Fasc.258 – abril 2005, 376-396, pág.394; ver também João Batista Libânio, A Igreja que sonhamos construir, REB 65, Fasc.260 - outubro 2005, 787-816, pág.790

sociedade no sentido globalizante”⁵. As CEBs têm uma importância histórica no Brasil, e em outros países da América Latina e do Caribe, mas hoje estão em declínio, também, em virtude de certa des-idealização dos pobres⁶. Já há 10 anos se disse que as CEBs “se perderam nas disputas eclesiais internas e se entregaram ao desânimo”. Há uma “excessiva dependência das CEBs da Igreja institucionalizada”, além de se partir do ideal e não da práxis⁷. No mesmo tempo, R. van der Ploeg insiste: “É urgente...que as CEBs se resituem na Igreja e na sociedade e repensem a sua própria identidade e compreensão”. O autor observa que as CEBs não se comunicam com a massa, como elas mesmas se propõem, perdendo, por isso, para a RCC⁸. José Comblin acha que as CEBs perdem das Igrejas Neopentecostais porque, de um lado, lhes falta “uma verdadeira mística de Jesus” e, do outro lado, porque “olharam demais para si mesmas”⁹. Segundo Clodovis Boff as CEBs precisam hoje de um pluralismo de formas comunitárias “não só dentro das próprias CEBs, mas também ao lado ou além delas”¹⁰. Fato é que as CEBs não podem voltar “à experiência como ela começou”, mas elas continuam tendo importância diante da cultura moderna. Há e havia muito poucas CEBs 100% engajadas em questões sociais. Hoje, elas devem atuar mais “para dentro da Igreja”¹¹.

É exatamente isso que a V Conferência de Aparecida, em termos muito claros, assume e recomenda. A versão final do nr. 179, do Documento de Aparecida, pois, modificou profundamente a proposta da redação anterior para inserir que as CEBs contribuem para a vitalidade da Igreja local “mantendo-se em comunhão com seu bispo e inserindo-se no projeto de pastoral diocesana”. Além disso, tal vitalidade pode manifestar-se desde que as CEBs estejam atuando “juntamente com os grupos paroquiais, associações e movimentos eclesiais”¹². Mesmo considerando que também os movimentos devem sujeitar-se às dioceses, segundo o nr 313 do Documento de Aparecida¹³, temos que admitir que a V Conferência trata as CEBs como qualquer pastoral e movimento, reforçando deste modo a sua total institucionalização. Isto significa que mais importante do que a reconquista da original força transformadora sócio-política e eclesial das CEBs é a sua aprovação hierárquica.

⁵ Jomar Ricardo da Silva, *A Igreja e as CEBs: velhas realidades, novas abordagens*, op.cit., págs.393.394

⁶ Sergio Ricardo Coutinho, *A contribuição das CEBs para uma nova cultura política no Brasil: reciprocidade e democracia*, REB 64, Fasc.253 – janeiro 2004, 107-127

⁷ Nicolau João Bakker, *As CEBs na “estação da seca”*, REB 57, Fasc.225 – março 1997, 70 – 81, págs 71.74

⁸ Roberto van der Ploeg, *Repensando as CEBs*, REB 57, Fasc.225 – março - 1997, 158-164, pág.159

⁹ José Comblin, *Olhando para o horizonte*, REB 65, Fasc. 260 – outubro 2005, 831-857, págs 834.836; ver também José Comblin, *Sinais dos novos tempos- 40 anos depois do Vaticano II*, REB 66, Fasc.263 julho 2006, 575-588, esp.pág.586

¹⁰ Clodovis M.Boff, *Re-partir da realidade ou da experiência de fé? Propostas para a CELAM de Aparecida*, REB 67, Fasc.265 – janeiro 2007, 5-35, pág.27

¹¹ Celso Pinto Carias, *De volta às Comunidades Eclesiais de Base – Uma alternativa para a Evangelização atual*, REB 64, Fasc.256 – outubro 2004 – 802-821, págs 803.814

¹² Documento de Aparecida, op.cit., pág.91

¹³ Documento de Aparecida, pág.143

Aqui se deve lembrar que as CEBs sempre se entenderam como Comunidades Eclesiais e que, como tais, têm buscado, com poucas exceções, a fidelidade às verdades da fé e a união com toda a Igreja. O que, no entanto, as distingue de pastorais e movimentos é o seu dinamismo transformador que se manifesta em cima de problemas básicos vividos pela comunidade na esfera social, econômica e política. Esse dinamismo transformador corre o risco de enfraquecer e até de desaparecer se a inserção institucional se torna a maior preocupação. A impressão que fica é que o nr 179, do Documento de Aparecida, esteja falando de Comunidades Eclesiais, e não de CEBs!

2)A maioria das Comunidades Eclesiais, que seguem ao Segundo Concílio Vaticano e a Medellín não são CEBs!

As Comunidades Eclesiais, às quais aqui me refiro, têm em comum que estão orientadas conforme os ensinamentos do Vaticano Segundo e das Conferências do Episcopado da América Latina e do Caribe, possuindo uma maior ou menor autonomia em questões pastorais e administrativas. Os Coordenadores e Conselhos Comunitários decidem sobre as diversas atividades pastorais da Comunidade e o tesoureiro e o Conselho Administrativo resolvem as questões financeiras. O padre responsável, normalmente o pároco do conjunto das Comunidades Eclesiais da Paróquia, zela, no melhor dos casos, para que essa autonomia seja conduzida com responsabilidade e sucesso pastoral e administrativo, além de celebrar os sacramentos a ele reservados. Não sempre há esse tipo de relacionamento entre padre e comunidade. Tanto a comunidade quanto o padre podem exigir maior presença e influência do padre na comunidade, dando a essa o aspecto de uma “pequena paróquia”. Observamos também o contrário, ou seja, que lideranças comunitárias delimitam ao mínimo possível a presença e influência do padre, comportando-se como reais donas e donos da comunidade. Em vários desses casos se trata simplesmente de uma dominação pessoal de algumas lideranças, nas quais está ausente qualquer suporte teológico que, por exemplo, queira valorizar o sacerdócio de todos os batizados ou o modelo comunitário de ser Igreja.

Pensando nas antigas “Capelas”, lembramos de exemplos concretos de comunidades com lideranças leigas cujas atuações não divergiam muito daquelas das atuais Comunidades Eclesiais. A liderança leiga das comunidades, portanto, não é característica específica de CEBs. Em comparação com as antigas “Capelas” temos hoje nas Comunidades Eclesiais os ministros e as ministras que são autorizados pelo bispo a exercerem os diversos ministérios, tais como de Eucaristia, Palavra, Batismo, Matrimônio e Enfermos. As Celebrações da Palavra chegam a ocupar certa importância como celebrações comunitárias. Podemos considerar tais ministérios oficiais uma característica específica das CEBs? A resposta tem que ser não, pois em quase todas as

paróquias há hoje o exercício de ministérios autorizados. Além disso, a forma em que, por exemplo, o ministério da Palavra é praticado nas CEBs em nada se distingue das demais Comunidades Eclesiais.

Pelo que foi dito, a autonomia comunitária e a atuação de ministérios leigos não são características reservadas a CEBs, motivo pelo qual não se justifica falar de CEBs apenas porque a Comunidade Eclesial tem autonomia pastoral e administrativa e há nela uma atuação de ministros e ministras. Poderíamos acrescentar aqui ainda as farmácias comunitárias, a distribuição de cestas básicas e as mais diversas assistências a pobres, tudo isso é feito tanto por paróquias quanto por Cebes. Todavia, é preciso que se reconheça que são as CEBs que mais levam a sério a dimensão comunitária da fé e a participação dos leigos na Igreja. Para que se possa falar de CEBs seria preciso que se trate, de um lado, de Comunidades Eclesiais que, do outro lado, sejam de base. Nelas se sobressai a dimensão social das suas atividades pastorais bem como uma fé comunitária que implica num dinamismo político.

3) A base social e política das CEBs

O que determina uma comunidade eclesial como sendo de base é a consciência de estar inserida numa determinada situação social e política que requer uma forma correspondente de comunidade e que busca, a partir e por meio da sua fé, soluções para os problemas básicos. Cl. Boff esclarece que o fundamento de todas as atividades políticas e sociais das CEBs só pode ser a fé¹⁴. Os problemas básicos podem referir-se a situações deficientes do próprio bairro onde a Comunidade Eclesial se situa, como, por exemplo, a questões de saúde, educação e saneamento básico, e a situações mais gerais tais como desemprego e falta de moradia. As suas atividades religiosas, pastorais e administrativas visam à busca de soluções desses problemas básicos. A fé comunitária, a prática litúrgica, pastoral e administrativa, também, têm uma conotação social e política. Em tempos passados, o PT poderia ser considerado o braço político das CEBs. Hoje, a dimensão política das CEBs é a-partidária, sendo elas fechadas e abertas ao mesmo tempo a todos os partidos políticos. Talvez seja possível dizer que hoje, as Cebes representam a consciência política de todos os cristãos. Segundo o sentido da palavra, consciência significa “estar ciente de estar com outros, com o mundo”, de modo que ela chama a atenção que toda a política tem que valorizar todas as pessoas como iguais bem como respeitar a natureza. Como consciência política, as CEBs devem denunciar uma política que privilegia uns poucos, excluindo os pobres da possibilidade de uma vida digna.

¹⁴ Cl. Boff, Re-partir da realidade ou da experiência da fé?, op. cit., pág. 27

Havendo numa Comunidade Eclesial apenas uma ou várias pessoas que têm participação social e política, não se pode falar de CEB, desde que a maioria não mostre interesse social e político e muito menos se envolva. O essencial da CEB, pois, é que a atuação política e social seja da comunidade como comunidade. Aqui se deve lembrar que a atuação social e política precisa ser adaptada à situação concreta de hoje. Muitas vezes, pois, o discurso social e político simplesmente funciona como era válido para a situação de 20 anos atrás. Essa repetição compulsiva causa antipatia, impedindo que a proposta das CEBs seja considerada e assumida. A dificuldade de se conseguir lideranças novas, e mais novas, pode ter a ver com isso. É conhecido que muito poucos dos jovens se interessam pelas CEBs, fato esse que serve às lideranças velhas como motivo de acusação e cobrança. Para quebrar esse círculo vicioso, primeiro, as lideranças de muitos anos precisam questionar se o seu exemplo continua sendo atraente para outros, especialmente para jovens. Depois deve ser considerado que a cultura pós-moderna pode afastar os jovens de uma vida nas CEBs. Sendo assim, as CEBs se mostram incapazes, até agora, a adaptar-se a essa nova realidade. Não se pode negar que a situação social e política do país têm mudado profundamente nos últimos 15 a 20 anos, motivo pelo qual também a forma de ser CEB tem que mudar, tem que ser nova!

4) Novos enfoques teológicos para a fé das CEBs

Não se pode esquecer que a CEB, acima de tudo, é uma Comunidade Eclesial. As verdades da Bíblia e da fé, como o Magistério da Igreja as define, são válidas para todas as comunidades católicas. Falando em verdades da fé, as CEBs lembram que estas, também, são essencialmente relacionais. Na história da Igreja, as verdades sempre foram definidas, predominantemente, em termos racionais e lógicos. Esta maneira de definir verdades ontologicamente absolutas corresponde à imagem de um Deus verdadeiro para quem o amor igualmente é uma verdade racional e acrescida ao seu ser¹⁵. A Teologia da Liberação ajudou a ver que o amor faz parte da essência de Deus, da verdade de Deus. Ao Deus trinitário corresponde uma vida comunitária. Concentrando-se predominantemente no ser de Deus, como alerta B. Andrade, corre-se o risco de fazer de graça, misericórdia e liberdade projeções humanas. O Deus trinitário está numa perfeita relação interpessoal¹⁶. A verdade de Deus é vivida na medida em que há relação comunitária com outros. O mandamento do amor ao próximo vale para todos os cristãos, motivo pelo qual a vida em comunidade é recomendada para todos. A inspiração teológica das CEBs é a mesma de todas as Comunidades Eclesi-

¹⁵ Ver aqui Enrique D. Dussel, Uma filosofia da religião antifetichista, em: Para uma ética da libertação latino-americana, São Paulo/Piracicaba: Loyola/Unimep, Vol. V, pág. 48

¹⁶ Bárbara Andrade, Pecado Original...ou graça do perdão?, São Paulo: Paulus, 2007, pág. 32

ais, embora de um modo concreto elas sigam, nos tempos atuais, mais ao exemplo da primeira comunidade, descrita nos Atos dos Apóstolos.

Para ser uma comunidade como At 2,42-47 e 4,32-37 a descrevem, não precisa de nenhuma autorização de instância hierárquica. Isto é bom lembrar porque hoje se alega o fortalecimento hierárquico do modelo de ser Igreja como resistência contra as Cebbs. A preocupação principal das CEBs deixa de ser a sua relação com a hierarquia, desde que elas estejam impulsionadas pela mesma fé da Igreja. A vida comunitária e libertadora faz parte da fé por ser essencialmente evangélica. Precisava do ateu Karl Marx para a Igreja redescobrir os pobres e injustiçados na sociedade. As CEBs, por sua vez, esclareceram a origem genuinamente evangélica daquele fenômeno que hoje se chama de 'comunismo', além de lembrarem que a Igreja sempre é comunitária. Por mais que se queira negar, a Teologia da Libertação, como ela foi desenvolvida na América Latina e Caribe, recolocou a dimensão essencialmente comunitária, social e política da fé da Igreja. Em situações de opressão política e injustiça social, as CEBs se inspiram, especialmente, na tradição do Êxodo. Levando a sério o reforçado e manifesto amor de Deus por pobres, marginalizados e excluídos, as CEBs acreditam na força libertadora da sua fé comunitária. Mesmo que uma CEB seja formada por pessoas que pertencem à classe média ou alta, as suas atividades pastorais e litúrgicas devem ser determinadas pela opção pelos pobres, pela inclusão concreta e prática de pobres, excluídos e marginalizados. Essa inclusão só pode ser uma convivência comunitária e não discurso nem assistencialismo.

Os novos enfoques teológicos, na verdade, não são novos, pois estão inseridos na essência da fé. Trata-se de acentuar a qualidade comunitária da fé, além de insistir na força transformadora e libertadora da fé comunitária em todas as sociedades. Libertando a fé de um enfoque exclusivamente racional que a transforma em saber supremo, ela consegue ser concebida e vivida como dinamismo que cria a relação com outros. Na relação com outros cada um consegue conquistar a sua liberdade e realização pessoal. No próprio Deus a relação valoriza as três pessoas e, simultaneamente, as une numa unidade absoluta. É indispensável que as CEBs se definam por meio de uma fé comunitária em que a relação com outros seja compreendida como força libertadora de cada pessoa. Apenas deste modo chega-se a ver a diferença radical que há em relação a uma fé individualista que dispensa a comunidade para cuidar exclusivamente dos seus próprios problemas e interesses, projetados em cima de práticas meramente religiosas.

A facilidade com que Comunidades Eclesiais com características de CEBs têm passado para Movimentos que propagam uma fé meramente subjetiva e sem compromisso social, político e comunitário, impõe por si só a necessidade que as CEBs consi-

gam definir de forma clara o fundamento da sua fé comunitária. Não somente as Igrejas Neopentecostais, mas também Movimentos da Igreja Católica, favorecem e até propagam uma atuação quase que exclusivamente religiosa da fé. Sempre mais se fortalece a tendência que as Comunidades Eclesiais se voltam para si mesmas, dirigindo todos os seus esforços para atividades religiosas. A própria hierarquia favorece essa tendência, reservando para si mesma um discurso social e político.

4) As CEBs na atual cultura pós-moderna

As CEBs enfrentam hoje, como toda a Igreja, o fenômeno da pós-modernidade. Na cultura globalizada e nos comportamentos individuais impõem-se o relativismo e o subjetivismo¹⁷. Na cultura pós-moderna há um questionamento rígido de todas as instituições e da hierarquização, contra as quais se destaca o desejo subjetivo e o interesse de cada um, ou seja, a descentralização, a participação, a fragmentação e a heterogeneidade¹⁸. O Papa Bento XVI vê na sua campanha contra a pós-modernidade o relativismo apenas como ameaça contra as verdades absolutas da fé. Todavia, a partir da pós-modernidade pode haver, também, impulsos muito construtivos para a Igreja. Questionando as instituições, portanto também a institucionalização das CEBs, a pós-modernidade pode levar a uma nova compreensão da liberdade pessoal na fé cristã e de uma nova vivência comunitária da verdade.

A fé vivida em relação com outros e em liberdade pessoal é o sustento das CEBs, motivo pelo qual o questionamento novo é se a fé é libertadora ou se ela se confunde com dependência e com desejos meramente pessoais que se escondem numa roupagem religiosa. O crescimento enorme das Igrejas Neopentecostais exige, por si só, uma reflexão crítica sobre a fé das CEBs. Pressupondo que as Igrejas Neopentecostais ofereçam uma fé essencialmente subjetiva, que se propõe a resolver todos os problemas individuais das pessoas, fica a pergunta se, de fato, havia uma fé comunitária e libertadora nas CEBs. Além disso, embora as CEBs se entendam como Comunidades Eclesiais da Igreja Católica é preciso que se defina melhor a sua relação com a instituição. Não se trata de um questionamento de verdades dogmáticas, mas de indagar porque a prática comunitária não foi capaz de incluir e atender os anseios pessoais dos seus membros. Todavia, será que as Comunidades Eclesiais que se entendem como CEBs estão dispostas a enfrentarem esses questionamentos? Será que a tendência sempre mais centralizadora da hierarquia não fará de tudo para impedir tais ques-

¹⁷ A respeito da pós-modernidade ver: Terry Eagleton, *Depois da teoria. Um olhar sobre os Estudos Culturais e o pós-modernismo*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005

¹⁸ Jomar Ricardo da Silva, *op.cit.*, pág.389

tionamentos? No entanto, a partir desses questionamentos, as CEBs poderiam ser “fermento” não só numa sociedade injusta, mas também na própria Igreja¹⁹.

6) A cruz é a base necessária da atuação libertadora das CEBs

Na verdade não pode tratar-se de estar a favor ou contra as CEBs, uma vez que estas são inseridas no cerne da fé no crucificado que ressuscitou, no ensinamento dos apóstolos, na tradição do Êxodo e dos Profetas. Só pode ter importância a pergunta como, no tempo da pós-modernidade de hoje, a CEB deve ser vivida. Com certeza, essa possibilidade não se descobre em discursos repetitivos e cobranças de Equipes de CEBs institucionalizadas nem em encontros estaduais e nacionais que contam com as novidades dos sempre mesmos assessores. A CEB surge da base, motivo pelo qual é da base que surge a nova forma de ser igreja. A base não revela receitas rápidas e fáceis, mas exige paciência – e consciência comunitária – para indicar a forma como deve ser uma Comunidade Eclesial que é resposta às dificuldades e aos problemas do povo. A demora em encontrar a nova forma de ser CEB, pode ser um indício que ela ainda espera respostas do ideal ou da instituição, e não da base, ou que ela, absorvida por práticas meramente religiosas, deixou de ser comunidade.

A cultura pós-moderna, o subjetivismo religioso e a concentração sempre mais forte – e favorecida pela hierarquia – em práticas meramente religiosas, de fato, têm enfraquecido o interesse pelas CEBs. Em boa parte esgotou-se também o objetivo dos Grupos de Rua, entendidos sempre como colunas das CEBs. Diante dessa situação, Lc 14,15-24 e Mt 22,1-10 nos convidam a irmos ao encontro do povo das ruas e praças. Isto, além do mais, está de acordo com Mt 25,31-46 onde Jesus condiciona a entrada no Reino dos Céus à comunhão com famintos, vítimas de secas, pessoas que não têm onde morar, maltrapilhos, doentes e presos. A comunhão com estas pessoas, que representam situações temidas por todos, de um lado, é conversão para a comunidade e, do outro lado, ajuda concreta para os necessitados. De acordo com o tipo de necessitados e excluídos, a CEB organiza as suas atividades pastorais e litúrgicas. No futuro, talvez, seja inevitável que haja poucas e numericamente pequenas CEBs genuínas. Aquelas que hoje se consideram CEBs serão Comunidades Eclesiais que vivem numa relação dinâmica com as CEBs. A pergunta como serão as CEBs do futuro não pode ser respondida. A sua forma comunitária e libertadora de ser, pois, sempre dependerá da base da qual surge e para a qual quer ser resposta.

Em boa parte, a base está marcada pela cruz, sendo essa entendida como atuação de uma religião que usa o nome de deus para matar deus e os homens. A cruz representa

¹⁹ Ver Frei Betto, O fermento na massa, Petrópolis: Vozes, 1981

o pecado que se apodera de um religião que desconhece o Deus do amor e da vida. A cruz é, segundo R.Velasco, a ruptura com o passado, ruptura essa que é necessária para chegar ao novo²⁰. Segundo o mistério central da fé cristã não há outro caminho de se chegar à vida, ao amor, à comunhão e à libertação do que aquele que parte da cruz. Não se pode esquecer que, segundo os Evangelhos, Jesus foi condenado pelos representantes da religião em nome da Lei e em nome de Deus! Esta religião está numa aliança íntima com o poder político dos romanos. Um Jesus que se torna adversário dessa religião, automaticamente, torna-se um subversivo político perigoso que precisa ser condenado à morte mais vergonhosa, reservada aos criminosos mais perigosos²¹. As CEBs que enfrentam esta religião, necessariamente, enfrentam a cruz! Entretanto, segundo a verdade central da fé, é a partir da cruz que a força da vida resuscita, há vida nova! Segundo esta verdade central da fé cristã as CEBs não podem ser apenas sonho!

²⁰ Rufino Velasco, A Igreja de Jesus. Processo histórico da consciência eclesial, Petrópolis: Vozes, 1995, pág. 44

²¹ Ver aqui, por exemplo, Gerard S.Sloyan, Porque Jesus morreu?, São Paulo: Paulinas, 2006, pág. 25